



No I Encontro Regional, um debate sobre representação

PMDB fixa posição por eleição no DF

O Governador do Distrito Federal deve ser eleito pelo voto direto. A população local deve também escolher diretamente os seus representantes para o Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa. Esta é a posição definitiva do PMDB-DF acerca da representação política para o Distrito Federal, estabelecida ontem no I Encontro Regional do partido, onde foram discutidos os aspectos históricos, jurídicos, econômicos, sociais e políticos da representação popular no DF. O PMDB assumirá essa postura no seminário promovido pelo **Correio Braziliense**.

O passo imediato escolhido pelos membros do partido para a concretização da representação política é o apoio à emenda Constitucional apresentada em março pelo deputado Mauricio Fruet (PMDB-PR), agora prefeito de Curitiba. Será esta a proposta principal que o PMDB defenderá durante o "Simpósio sobre Representação Popular do DF" que o **Correio Braziliense** promove entre os dias 18 e 20 de abril.

A emenda do deputado Mauricio Fruet não é considerada, entretanto, a forma ideal para se chegar a uma representação política, porque não assegura representatividade a nível local. A reivindicação poderia ser conseguida também, conforme o relatório do grupo que estudou os aspectos históricos e jurídicos do problema, através de uma nova Constituição votada ou por um Assembléia Nacional Constituinte ou pelo atual Congresso Nacional. O grupo entendeu que a proposta do deputado é o caminho mais rápido para se conseguir a representação.

O PMDB-DF concluiu que para a concretização de uma representação política para o Distrito Federal é inviável a redivisão territorial do DF, e consequente emancipação das cidades-satélites, que passariam a ter autonomia de municípios. Isto porque as regiões administrativas apresentam entre si um desnível muito grande na arrecadação tributária. A emancipação poderia ser benéfica para uma determinada cidade e provocar,

por outro lado, uma situação falignante em outra administração.

Para que no futuro esta redivisão territorial seja possível, o PMDB-DF se propõe a integrar a luta pela reformulação da atual política tributária, tornando-a democrática e desconcentradora. Através desta política, o partido quer criar um mecanismo que dê aos municípios capacidade de se fortalecerem economicamente. Optou-se pela proposta apresentada pelo grupo de trabalho que estudou os aspectos financeiros e tributários: a primeira Assembléia legislativa eleita tomará as provisões necessárias para a redivisão territorial, tendo por base as atuais administrações regionais.

A cidade poderá obter inúmeros benefícios com a instalação de uma Assembléia Legislativa, conforme o relatório do grupo que estudou os aspectos sociais da representação política. Foi questionando que a comunidade teria um ônus grande para manter uma representação deste tipo. Esta despesa seria compensada, porém, com uma administração mais eficaz, exercida através de uma fiscalização que impediria gastos desnecessários, como a construção de obras faraônicas. Outra conclusão dos membros do PMDB-DF sobre os benefícios que a representação política trará para a população local é a canalização de forças capazes de solucionar o problema do mercado de trabalho de Brasília, criada apenas para ser uma cidade administrativa. A Assembléia Legislativa irá escolher os caminhos para o desenvolvimento da região e qual a atividade econômica mais propícia para o local. O resultado disto é a criação de um mecanismo que contribua para o assentamento da população.

Como a emancipação das cidades-satélites foi considerada inviável no momento, elas continuarão sendo dirigidas por administradores regionais e não por prefeitos. Estes administradores, porém, serão escolhidos pelo voto direto e trabalharão em conjunto com um conselho comunitário, também eleito pela população.